

De volta a esperança no horizonte econômico

Por fim, depois de meses de entediantes lenguagens sobre negociações de jumbos, nos jornais, tivemos uma notícia que de fato constitui novidade, e, melhor que isso, novidade que traz de volta a esperança que desaparecera, pois se trata de algo que pode, a nosso ver, fundamentar uma perspectiva diferente da atual para nosso problema número um, o da dívida externa.

Conforme informava na última sexta-feira nosso correspondente em Washington, o presidente Reagan enviou ao Congresso dos EUA um relatório econômico no qual faz uma exposição realista dos perigos que oferecem as políticas protecionistas, alerta sobre a virtual inocuidade dos esquemas até agora seguidos para lidar com o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento, e explica a necessidade de "políticas de recuperação" partilhadas por todos.

É o primeiro passo que vínhamos esperando na direção certa, isto é, na direção de uma solução construtiva para o grande problema. Sempre dissemos aqui que ela teria de envolver os governos dos países devedores, os bancos credores, as instituições plurinacionais e os governos dos países credores, num esquema de concessões e compromissos mútuos que tornasse eficaz e irreversível o processo de resgate da presente situação. E sempre dissemos também que mais cedo ou mais tarde o governo norte-americano entenderia que devia liderar esse processo.

Esse primeiro passo tem, também, a forma correta, pois, ao contrário do que pensa grande parte da desinformada intelligentsia nacional, nos Estados Unidos o Executivo ou o presidente não mandam e desmandam. Lá os três poderes funcionam de fato harmonicamente e os destinos e rumos da nação são muito mais fruto das discussões e deliberações no Congresso do que dos desejos do presidente — embora este possa ter mais imprensa. Lá, na mais perfeita democracia do mundo de hoje, o Executivo limita-se a executar o que a sociedade decide. Muitas vezes, contra a vontade de quem o preside. Reagan sabe disso, e começa por se dirigir ao Congresso, pois vai ter pela frente uma longa tarefa de persuasão da opinião pública a respeito de como os superiores interesses dos Estados Unidos estão realmente envolvidos nessa questão.

Para nós é importante saber que pelo menos um dos poderes do governo norte-americano, o Executivo, já se conveceu daquilo que é básico: que algo além dos meios e dos esquemas do momento precisa ser concretizado para realmente encontrar uma solução para o problema dos países endividados, que é também um problema dos países credores.

O relatório do presidente Reagan não é ditado por considerações de ordem ética ou por princípios doutrinários complicados, mas sim por objetivos pragmáticos muito claros: o "ajuste" exigido pelos atuais esquemas está sacrificando demais aliados políticos importantes dos Estados Unidos, e, além disso, está prejudicando economicamente o país, uma vez que grande parte do monumental déficit comercial norte-americano deriva da queda de exportações para os países endividados. O relatório de Reagan cita os números: a perda dos Estados Unidos nas exportações líquidas para a América Latina foi de 21 bilhões de dólares entre 1981 e 1983, o que não é nada desprezível para um país que está com 70 bilhões de dólares de déficit comercial.

A magnitude do problema é lucidamente avaliada no relatório, uma vez que, ao admitir que de alguma forma é necessário aumentar os níveis de financiamento para os países endividados e reduzir-lhes a carga do "ajuste", também se preocupa em como assegurar que governos extremamente irresponsáveis que mandam em tais países — com um grau de poder muito maior do que o próprio governo americano desfruta — continuem, apesar do auxílio que porventura recebam, a fazer o que é necessário para tornar suas economias saudáveis, em vez de se entregarem aos despropósitos de sempre numa conjuntura amenizada.

É por isso que se torna necessário um acordo de mútuas concessões e compromissos, uma vez que alguém terá de continuar com o poder de fiscalizar o comportamento dos beneficiários de qualquer novo esquema de financiamento. Não nos iludamos: o governo brasileiro não estaria reduzindo o seu assombroso déficit se o FMI não estivesse de olho em cima.

Não podemos deixar de notar que a informação sobre o relatório enviado ao Congresso norte-americano, que poderá ser o ponto de partida para formulação, com caráter nacional e suprapartidário, de uma diretriz norte-americana no assunto, assim como o relatório Ford, anos atrás, serviu para embasar as diretrizes norte-americanas para uma política nuclear externa, surgiu ao mesmo tempo em que se divulgava no Brasil que a questão da dívida externa será um dos temas mais importantes que o secretário de Estado George Shultz tratará hoje em sua conversa com o presidente Figueiredo.

Informa-se que o chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, e o próprio presidente darão os passos iniciais de uma gestão diplomática junto ao governo norte-americano para um acordo de alto nível sobre o problema da dívida, que chegue, finalmente, como sempre preconizamos, à instância política. Não sabemos se o governo brasileiro estava oficiosamente informado do relatório que o governo norte-americano enviaria ao Congresso do seu país, mas é evidente que os termos do relatório, tal como os informamos, facilitam muito as observações que o presidente e o chefe da diplomacia brasileira tenham a fazer ao visitante. Pode-se dizer que eles praticamente só terão de reivindicar aquilo que o próprio presidente dos Estados Unidos aponta no relatório como necessário.

Por outro lado, é certo que o próprio George Shultz já tem o espírito preparado para essa conversa, pois foi ele próprio, como bem nos lembramos, um excelente advogado dos intere-

ses superiores mútuos do Brasil e dos Estados Unidos logo que estourou, no final de 1982, a nossa crise de liquidez, assim como foi o principal articulador daquela visita de Reagan ao País, da qual resultaram os acordos que estarão sendo assinados durante esta nova vinda de Shultz ao Brasil.

Podemos dizer, portanto, depois das notícias de sexta-feira última e com base nas informações de bastidores sobre os temas que serão tratados na visita do diplomata norte-americano — e que na prática alcancem ao nível político, de relações entre governos, o assunto dívida externa, até hoje enredado quase que só no cipoal meramente financeiro —, que agora existe no horizonte algo diferente, e bem mais promissor do que as andanças da nossa famosa trinca de negociadores.